

Economia Solidária e Empreendedorismo: vertentes antagônicas ou parceiras na geração de trabalho e renda

Francisco Alves* e Silvana Salomão**

Introdução

A Economia Solidária disputa um campo de atuação política com outras vertentes, fundamentalmente, com a conhecida como vertente empreendedorista. Essas duas vertentes disputam o mesmo objeto de atuação, ou público alvo, formado, grosso modo, por um amplo conjunto da população brasileira chamado de população desempregada ou população excluída dos mercados de trabalho, de consumo e de políticas públicas. Este enorme contingente no Brasil e no mundo, pode e é chamado por vários adjetivos, dentre eles os “sem-sem”, porque não tem terra, na medida em que o Brasil não realizou a Reforma Agrária, há séculos reivindicada como necessária, não apenas para a fixação da população no campo, mas, fundamentalmente, para construção de uma nação de brasileiros cidadãos; não tem emprego, sobrevive por conta própria; não tem a escolaridade necessária para atender aquilo que o mercado de trabalho diz requerer; não tem representação política, nem por entidades tradicionais da sociedade civil, como sindicatos, partidos políticos e nem por organizações não governamentais.

A Economia Solidária tem uma história nacional e internacional, constantemente reatualizada em decorrência das mudanças que ocorrem na sociedade, em cada país e em cada região particular, que afetam profundamente o mundo daqueles que sobrevivem do trabalho, o mundo do trabalho. No nosso ponto de vista a Economia Solidária não é apenas um campo de luta contra a pobreza, mas a luta contra as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de

* Professor Associado DEP/UFSCar, e-mail: chiquinho@dep.ufscar.br

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção UFSCar, e-mail silvanasalomão@dep.ufscar.br

gênero e pela sustentabilidade do homem e dos demais seres vivos, neste planeta (NUNES, C.G.F., 2006). Neste espírito, as políticas públicas para a Economia Solidária devem favorecer a autonomia dos trabalhadores, sua emancipação e a integração social, assim como a sustentabilidade, esta apoiada em seus três pilares: social, econômico, ambiental e transversalmente pelas questões culturais e transgeracionais. Neste sentido, as políticas públicas para a Economia Solidária têm como desafio principal a necessidade de dar condições de acesso e exercício real da cidadania. Esta entendida como lócus da luta política pela igualdade.

É nesse quadro que a Economia Solidária é uma concepção de integração numa perspectiva democrática radicalmente diferente da outra concepção, a empreendedorista, que tem sua ação pautada na capacitação da população para que esta, ou uma parcela desta, torne-se produtora autônoma de bens e serviços.

Uma das diferenças essenciais da atuação do campo da Economia Solidária com o campo do empreendedorismo é que o objetivo das ações e da política de Economia Solidária é tornar o público envolvido nas ações de Economia Solidária, a população desempregada, excluída, em sujeitos sociais, isto é, pessoas que se articulam em associações, fundamentalmente cooperativas, e passam, a partir daí, a lutarem coletivamente por melhores condições de vida e trabalho e, desta forma, participam do embate social por distribuição de renda, por acesso aos meios de produção e de consumo. Esta transformação do público das políticas de Economia Solidária em sujeitos sociais é o grande desafio do campo da Economia Solidária, que está ausente no empreendedorismo.

O objetivo deste texto é discutir a Economia Solidária como um campo em disputa e em construção, que se defronta com uma outra vertente, até mais antiga do que a Economia Solidária, que é o empreendedorismo. Objetiva ainda mostrar que o desenvolvimento da tecnologia social e de uma nova visão da educação para empreendimentos solidários seriam os meios capazes de fazer com que os princípios fundamentais da economia solidária (solidariedade, democracia e autogestão) avancem.

Na primeira seção deste texto, Diferenças entre Economia Solidária e Empreendedorismo, veremos que a Economia Solidária ultrapassa o campo de luta contra a pobreza, contemplando também a luta contra as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de gênero, buscando a

sustentabilidade do homem e dos demais seres vivos, neste planeta, e que a vertente empreendedorista visa, no fundamental, a concentração de capitais e reatualiza, no capitalismo contemporâneo, o princípio pré-capitalista da acumulação primitiva, concentrando capital, de um lado, e convertendo os trabalhadores em vendedores de força de trabalho, de outro. Ainda, no decorrer do trabalho, veremos na seção seguinte, Educação, Tecnologia e Economia Solidária: é preciso inovar, como é necessário para Economia Solidária marcar a sua separação da corrente empreendedorista investir em uma nova educação e numa nova tecnologia que juntem a concepção com a execução que foram separadas pelo avanço do capitalismo. Na terceira seção, Autogestão nos empreendimentos de Economia Solidária, o objetivo é mostrar que a autogestão é fundamental para a Economia Solidária ter um papel transformador das relações na sociedade. Finalmente, à guisa de conclusão é abordada a questão das parcerias que ainda permanece como um entrave no desenvolvimento da Economia Solidária.

1. Diferenças entre Economia Solidária e Empreendedorismo

O campo da Economia Solidária atua na formação de grupos de interesse para a busca de alternativas coletivas de trabalho e renda, por meio do envolvimento popular e comunitário. Como a Economia Solidária está preocupada com a transformação da população em cidadãos, providos de direitos, o aspecto fundamental da formação de grupos de interesse está em empreender para a vida, com respeito ao ser humano, com ênfase na solidariedade, na democracia e na autogestão, na igualdade entre homens e mulheres e na sustentabilidade. Nesse sentido, a ênfase do trabalho está no fazer avançar a coletividade para tornar-se ator social. Para esta transformação é necessário trabalhar os valores culturais e a autoestima da população, visando superar o individualismo. Isto é bem diferente do que os difusores do empreendedorismo fazem, que é reforçar a individualidade e não a coletividade. O indivíduo empreendedor é diferente dos demais, porque é propositivo, pró-ativo,

um líder e portanto é diferente dos reles mortais componentes da massa rude da população dos trabalhadores.

A vertente empreendedorista é apoiada por um amplo conjunto de atores sociais aglutinados em torno do que costumou-se chamar de Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SESI, SESC) e pelo conjunto das Confederações Nacionais: a da Indústria, a do Comércio, a da Agricultura, a Federação Brasileira dos Bancos, tendo como principal órgão executor o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa). Portanto, o empreendedorismo, como forma de promoção de alternativas de trabalho e renda, é fundamentalmente apoiado pelo empresariado capitalista, nacional e transnacional.

O projeto empreendedorista visa o convencimento do indivíduo de que ele, com participação e vontade, é capaz de prover o seu próprio sustento, por meio da produção de bens ou serviços. Esse projeto empreendedorista apoia-se na ação individual das pessoas, na idéia de que qualquer indivíduo é detentor da capacidade de trabalhar para si próprio, isto é, de realizar atividades que gerem renda, sem passar pela venda direta de sua força de trabalho. Para isso, basta que descubra o que faz bem e que poderá atender a necessidade de alguém, isto é, potenciais compradores daquilo que é bem feito, seja um produto ou um serviço.

Ele parte da idéia de que existe em cada indivíduo algo como um “espírito empreendedor”, que encontra-se, na maior parte das vezes, adormecido sendo fundamental despertá-lo. É claro, que há alguns poucos infelizes, que não têm este dom, esta virtude, sendo desprovidos deste espírito empreendedor, estes, coitados, estão condenados serem para sempre mandados. Há também os que não estão dispostos a desenvolver esta capacidade por algum motivo, por falta de cultura ou porque não foram ainda ungidos pelo óleo salvador. Estes estão condenados a atrelar a sua subsistência àqueles que empreendem e lhe darão um emprego subordinado.

O empreendedorismo torna-se, desta forma, em uma quase filosofia de vida, partindo do princípio de que todas as pessoas possuem capacidade de empreender (menos aquelas apresentadas acima), porém, apenas algumas, talvez os novos eleitos, têm o dom para revelar e desenvolver esta capacidade até então adormecida. Noutras palavras, os empreendedores são

aqueles que têm capacidade de suprir a sua subsistência por meio de seus próprios esforços, conquistando um nicho de mercado para a produção de bens e serviços.

Na verdade a vertente empreendedorista trabalha e desenvolve o velho sonho, acalentado desde os primórdios do capitalismo, de que é possível trabalhar para si mesmo, de tornar-se dono do seu próprio negócio, criando, de certa forma, o pequeno negócio e que este poderá, no futuro, dependendo apenas da capacidade e esforço próprio, crescer e tornar-se vencedor.

Mas será que a sobrevivência de pequenos negócios é uma possibilidade no capitalismo contemporâneo? Na realidade, não apenas no Brasil, como também nos países desenvolvidos, há elevada taxa de mortalidade das pequenas e micro empresas antes de completarem um ano de vida. A partir da segunda metade do século XIX, quando se inicia o processo de constituição do capitalismo monopolista, a sobrevivência e o crescimento das pequenas empresas tornou-se quase impossível, portanto, a morte das pequenas empresas, nos seus primeiros anos de vida, é a regra. É algo absolutamente normal no capitalismo monopolista, o anormal é a sobrevivência e o crescimento de pequenas e micro empresas, que quando ocorrem, de tão raros, tornam-se casos de sucesso fartamente divulgados, tanto pelos artigos científicos, como, fundamentalmente, pela mídia e nos cursos de formação de empreendedores.

Mas, se a morte precoce de pequenas e micro empresas é a norma, no capitalismo contemporâneo, por que se dá tanta ênfase no empreendedorismo de pequenos negócios? A resposta a esta questão exige duas reflexões: uma é sobre o papel que o nascimento e a morte de pequenas empresas e pequenos negócios representa para o capitalismo contemporâneo; a segunda é sobre as características do mercado de trabalho no atual momento da economia brasileira.

1.1 O papel do nascimento e da morte de pequenas empresas e pequenos negócios no capitalismo contemporâneo

As pequenas empresas e pequenos negócios nascem, em geral, da iniciativa de trabalhadores que convertem parte de suas rendas em investimento.

A renda dos trabalhadores, os salários, são destinados ao consumo, porque os salários são equivalentes ao custo de reprodução da força de trabalho. Esta equivalência é necessária por dois motivos:

- Quando os salários são menores do que o custo de reprodução, há redução quantitativa no número de trabalhadores, o que pode acarretar crise de acumulação pela falta de força de trabalho a ser explorada; e
- Se os salários excedem o custo de reprodução, abre a possibilidade dos trabalhadores deixarem de ser vendedores de força de trabalho, convertendo-se em capitalistas, compradores de força de trabalho.

Mesmo em condições de salários muito baixos, o que é característico da remuneração da grande massa de trabalhadores no Brasil, que ganha abaixo de 3 salários mínimos, uma parte desses trabalhadores consegue reduzir ao mínimo a sua subsistência e guarda economias para, no futuro, abrir seus próprios negócios, livrando-se assim do trabalho subordinado e da sempre presente ameaça do desemprego. O crescimento das taxas de desemprego é também o grande incentivador do crescimento da categoria de trabalhadores por conta própria, subdividindo-se em dois grupos, cujas fronteiras não são muito definidas: num grupo estão os trabalhadores que buscam a sua reprodução por meio da abertura de pequenos negócios, o que a literatura vai chamar de empreendedores de fábricas de fundo de quintal, ou pequenos negócios no mesmo espaço da residência; no outro, estão os trabalhadores que se mantêm trabalhando para outros, porém, por meio de uma inserção precária, realizando pequenos bicos, faxinas, consertos, são os solucionadores de problemas, os biscateiros etc..

Estes pequenos negócios, tornam-se o meio de reprodução da unidade familiar, que se converterá em trabalhadores e em trabalhadores informais deste pequeno negócio, isto é, os pais, filhos, avós e agregados serão também trabalhadores do pequeno negócio. Neste processo, se antes a reprodução da unidade familiar era de garantida pelo chefe da família, agora a reprodução dependerá da dedicação e do esforço de toda a unidade familiar. Na maior parte das vezes a renda auferida neste pequeno negócio será igual ou ligeiramente superior à renda anteriormente auferida unicamente pelo chefe da família. Nestes caso, uma quantidade maior de trabalhadores receberá como pagamento o que antes era a remuneração de um único trabalhador, durante uma

jornada normal de trabalho de 8 horas por dia. Com isto, esta unidade familiar estará transferindo ao sistema capitalista uma quantidade maior de trabalho, por uma remuneração igual à recebida anteriormente, por um único trabalhador. Isto significa que o valor do produto, ou serviço, tem incorporado mais horas trabalhadas. Estes pequenos negócios funcionam por mais de 8 horas de trabalho por dia, a custa do trabalho de um grande número de pessoas da família, o que significa que a taxa de exploração da força de trabalho se expandiu e será apropriada como mais-valia por alguma outra empresa. Dependendo do ramo de atividade em que este pequeno negócio está inserido a mais-valia será transferida diferentemente: se ele produz um produto que é comprado por uma indústria, este sobre-trabalho disponibilizado pela unidade familiar será apropriado pela empresa compradora, que comprará um produto por um custo inferior ao que ela mesmo produziria; caso seja uma unidade comercial, como um bar, um pequeno armazém, este sobre-trabalho é apropriado pela cadeia de intermediação, que estará vendendo ao mercado quantidades maiores de mercadoria, com baixo custo de comercialização (OLIVEIRA, 1973)¹.

Em outros casos será o sistema financeiro que se apropriará deste sobre-trabalho, porque a unidade, para empreender, além de contar com a economia familiar previamente acumulada, teve de endividar-se e, portanto, este sobre-trabalho é apropriado na forma dos juros.

O desfecho anunciado desta iniciativa é a quebra. Em primeiro lugar porque não suportará a concorrência com outras tantas pequenas e micro empresas e até empreendimentos solidários, que produzem o mesmo que ela. É necessário ter claro que entre as pequenas e micro empresas e empreendimentos solidários trava-se uma luta encarniçada entre pequenos, que lutam para manterem-se no mercado. Alguns empreendimentos solidários, organizados sob a forma de cooperativas, conseguem manter-se no mercado pela quebra, ou falência, de pequenos negócios familiares de fundo de quintal, dos quais são originários. No ramo da coleta seletiva, a organização de cooperativas de

¹ O Mestre Francisco de Oliveira, questionando a teoria cepalina, diz que o papel dos pequenos negócios e particularmente dos camelôs é disponibilizar produtos produzidos pelo setor industrial, para milhares de potenciais consumidores, que se dispõem a comprar o produto se ele for oferecido naquelas circunstâncias, este é o caso do vendedor de pentes na saída dos trens superlotados, da água mineral no engarrafamento, do guarda chuva na tormenta de verão. São milhares de produtos que só são vendidos, porque milhares de trabalhadores por conta própria se arriscam para garantir seu sustento e, com isto, realizam lucros expandidos de outras empresas.

reciclagem quebrou alguns catadores e coletores de sucata, que sobreviveram durante anos desta forma.

Além da acirrada concorrência, a quebra destes pequenos negócios decorre também da estratégia competitiva das grandes empresas, quando, por exemplo, a grande empresa para a qual a pequena fornecia deixa de demandar os produtos produzidos pela pequena². Outra causa comum de quebra das pequenas é porque estas não suportaram os juros pagos pelo financiamento, que tiveram que se submeter.

Nestes casos o patrimônio familiar, máquinas, equipamentos, materiais etc, originados do salário e, portanto, do trabalho, serão confiscados e, ou, vendidos a preços baixíssimos a outras unidades maiores, que se apropriarão deste “capital” da unidade, que teve sua origem em salários. Portanto, o capitalismo, por meio da quebra das pequenas unidades produtivas, recria um processo semelhante ao da acumulação primitiva, no qual meios de produção, meios de trabalho de posse dos trabalhadores são apropriados pelos capitalistas, reconvertendo os trabalhadores em novamente vendedores de força de trabalho. Este desfecho, a quebra ou falência, também é o destino de uma parte considerável de empreendimentos da Economia Solidária. Desta forma, os empreendimentos da Economia Solidária também participam do processo de conversão de salários em capital e concentração de capital, que padece o empreendedorismo, a diferença é que enquanto nesse isto é o objetivo, para os fomentadores da Economia Solidária (Governo, Prefeituras, Universidades e ONGs.) este processo é visto apenas como um efeito colateral indesejável.

Desta forma, a mítica do empreendedorismo “do negócio é ser pequeno”, é apenas um meio para a concentração de capitais e para a apropriação de sobre-trabalho pelo sistema como um todo. Porém, para a família que empreendeu o pequeno negócio a lição que fica não é a de que, tanto a transferência de sobre-trabalho, quanto a possível quebra, são estratégias do sistema capitalista de apropriação de sobre-lucro. O que é difundido pelos estimuladores do empreendedorismo e pela mídia, é que o negócio não deu certo porque a unidade cometeu um erro, proveniente da sua desqualificação para empreender. O erro, em geral, é atribuído à falta do chamado “plano de

² Sobre a falência de micro empresas fornecedora de produtos para as grandes, vale a pena ler “A Caverna” de José Saramago.

negócio”³, ou de não ter seguido à risca as suas recomendações, ou porque não usavam técnicas de gestão eficientes.

Para impedir que isto ocorra, a vertente empreendedorista recomenda a realização de cursos de qualificação em empreendedorismo, os quais vêm se difundindo, tanto em instituições privadas, quanto em instituições públicas. Esta é uma outra reflexão importante, que é a proliferação de instituições de consultoria e ensino que ministram estes cursos de empreendedorismo. Estas instituições acabam vendendo seus serviços, cursos e consultorias, tanto para a vertente empreendedorista, quanto para a Economia Solidária. Passam a crença de que um plano de negócios, uma ferramenta contábil, técnicas gerenciais etc, são tecnologias neutras, isto é, podem ser aplicáveis tanto em uma empresa capitalista, quanto em um empreendimento solidário, pautado na solidariedade, democracia e autogestão. Na verdade nenhuma tecnologia é neutra, ela desenvolve e replica valores que estão nas suas origens.

Quando o insucesso do empreendimento é associado à falta de qualificação, a tendência é a individualização do fracasso. Ou seja, a quebra não é decorrente do capitalismo, que é sempre certo, justo e imutável, a quebra passa a ser fracasso e fracassos são problemas individuais. Isto reforça nesta tendência a mítica do chamado “espírito empreendedor” e do individualismo enquanto prática de ação na sociedade.

1.2 Características do mercado de trabalho no atual momento da economia brasileira

O mundo do trabalho apresenta-se, após a década de 90, com elevados níveis de precariedade das condições de trabalho, que podem ser sintetizados em: baixos salários e renda; elevadas terceirizações; instabilidade, na qual predomina a perda de emprego, ou o reemprego com salários mais

³ Plano de Negócio é o nome dado a um conjunto de conhecimentos necessários ao empreendedorismo, que vai da escolha do que empreender, a forma de gestão, que envolve, como comprar, como vender, como fixar o preço do produto e como registrar estas informações.

baixos ou com trabalho parcial, remunerado por produção; mobilidade social descendente; e aumento da intensificação do trabalho. Uma outra característica importante é a volta dos aposentados ao trabalho, devido aos baixos valores da aposentadoria, ou porque precisam de um emprego, uma vez que seus filhos em idade ativa estão desempregados (NUNES,C.G.F.,2006).

O desemprego atual não pode ser compreendido apenas pelas elevadas taxas de desemprego, porque estas taxas são médias. Quando a taxa do desemprego está acima dos dois dígitos nacionalmente, sabe-se que em algumas regiões mais pobres elas podem atingir o dobro ou o triplo. Vale destacar que nestas regiões, conhecidas na literatura como bolsões de pobreza, as práticas sociais coletivas para dar conta deste quadro já estão se desenvolvendo, por meio da socialização de informações sobre possíveis vagas, de mulheres deixando de ser apenas donas de casa e buscando bicos na faxina, porque os maridos perderam o emprego, etc.

Uma outra característica do mercado de trabalho atual são as elevadas taxas de ingresso no setor informal e a elevada intensidade do trabalho dos que permanecem empregados, tanto formal, quanto informalmente⁴. Este enorme tamanho do chamado setor informal é disputado, tanto pela vertente empreendedorista, quanto pela Economia Solidária.

O autoemprego informal é apontado como uma possível solução para a saída da miséria e a para obtenção de trabalho e renda. Neste sentido, falta uma reflexão sobre a informalidade, que é um setor que também tem crise, com o aumento do desemprego e da concorrência. Vale a pena levar em conta que, no Brasil, aproximadamente 58% da população ativa trabalha na informalidade e, portanto, sem proteção social. Se a precarização cresce no setor formal, por meio da contratação dos trabalhadores terceirizados ou como colaboradores eventuais, ou ainda por meio do eufemismo da chamada consultoria, nas quais os trabalhadores deixam de ser pessoa física e passam a ser pessoa jurídica, no setor informal, a precarização cresce mais ainda e nele existe também forte competição, que é decorrente da crise do emprego (NUNES,C.G.F.,2006).

⁴ Trabalhadores de diferentes setores de produção e de diferentes escolaridades vêm apresentando queixas sucessivas e frequentes sobre o aumento do ritmo do trabalho, destacando sintomas de doenças e de sofrimento no trabalho. Todos reclamam que estão trabalhando cada vez mais e estão sendo vitimados por um conjunto de morbidades associadas ao trabalho e ao aumento da intensidade do trabalho (ALVES 2009).

Com a crise do mercado de trabalho, levando um contingente enorme da população em idade de trabalho para a informalidade, a corrente empreendedorista é alçada à categoria de política pública de geração de trabalho e renda. Ou seja, a política pública não se direciona à geração de emprego com carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados, como o foi durante o pós-guerra, a partir do sucesso das políticas de corte keynesiano. É necessário ter claro que estamos falando de um movimento que se inicia na década de 90, no Brasil, em pleno vigor das políticas públicas de corte neoliberal. Portanto, a partir da década de 90, com o aumento do desemprego e da informalidade a vertente empreendedorista será fortalecida, não como uma iniciativa apenas empresarial, mas como uma iniciativa do Estado. Será também na década de 90 que também as universidades serão instadas a incentivar o empreendedorismo, que se tornará disciplina acadêmica, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e em cursos de formação universitária. Na contra mão desta iniciativa surgirá a Economia Solidária, não apoiada inicialmente pelo empresariado, nem pelo Estado, mas com fortes vínculos com os movimentos sociais e com o chamado pensamento de esquerda. Neste contexto, Gaiger (2004) destaca que:

No Rio Grande do Sul, os empreendimentos mais avançados têm como integrantes líderes e militantes de lutas sociais, rurais, urbanas e sindicais. As associações mais sólidas de Santa Catarina e do Ceará enraízam-se em vínculos atávicos de conhecimento e confiança mútua, conjugados a lutas sociais e comunitárias em várias frentes. Em São Paulo, a experiência das lutas operárias faz grande diferença. No Distrito Federal, as cooperativas oriundas de lutas populares apresentam mais solidariedade em termos de dinâmicas comunitárias e de relações com a sociedade (GAIGER, *op. cit.*, p.374).

Portanto chegamos ao ano 2000 e especificamente a 2003, onde a Economia Solidária e o empreendedorismo farão parte da política de governo. O empreendedorismo não terá como a Economia Solidária, uma secretaria específica, mas terá um órgão do Estado, o SEBRAE, que, ao contrário de uma secretaria encravada num Ministério, terá uma autonomia maior e uma maior capacidade de execução.

Para os objetivos deste texto, que é mostrar que as vertentes empreendedorista e de Economia Solidária, embora atuem, em parte, sobre o mesmo campo, travam uma luta política, porque têm projetos diversos e, por conta, não podem ter práticas iguais. Ou seja, para o avanço da vertente da Economia Solidária, é necessário que ela construa seu próprio referencial de intervenção, que é o desenvolvimento da chamada Tecnologia Social.

2. Tecnologia, educação e Economia Solidária: é preciso inovar

A reflexão sobre as relações entre tecnologia e desenvolvimento social percorre toda a história do capitalismo, naturalizando-as por tomar a tecnologia como imanente à maior qualidade de vida social, por proporcionar maior riqueza e crescimento material. Entretanto, a partir dos anos 1960, ficou demonstrado que o desenvolvimento tecnológico contribuiu também para a depredação do meio ambiente, e da vida humana, com a precarização do trabalho, aumentando a dependência e subordinação dos países periféricos, como o Brasil. O agravamento desse cenário redirecionou o debate sobre a tecnologia, destacando-se, aqui, a discussão sobre tecnologia social.

Segundo Barbosa (2007, p.155)⁵, a tecnologia social é um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”. Em geral, tais artefatos apresentam características como simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social. A tecnologia social decorre de escolhas éticas e políticas e, portanto, não pode, por força da coerência ideológica e social, impor a tecnologia convencional no contexto da Economia Solidária. Ela tem que pensar e propor soluções novas, que tenham por norte desenvolver os princípios da solidariedade, da democracia e da

⁵ Essa definição foi adotada em seminário da Fundação Banco do Brasil em 2004, onde citam-se como exemplos de artefatos tecnológicos sociais o “multimistura” – complemento alimentar usado no Brasil para o combate à desnutrição – e as cisternas de placas pré-moldadas que servem como reservatório de água de chuva para períodos de seca no Nordeste do país, ou ainda, os artefatos criados no processo de reciclagem de resíduos sólidos (BARBOSA, 2007).

autogestão. Por exemplo, será que é conveniente usar esteiras em um empreendimento solidário de reciclagem, uma vez que a esteira define um ritmo de produção padronizado e é um obstáculo para socialização dos trabalhadores? É apropriado utilizar equipamentos que substituem trabalhadores para aumentar a produtividade, com tantos trabalhadores desempregados? É adequado replicar formas de gestão de pessoas utilizadas nas empresas capitalistas como, por exemplo, banco de horas ou controle de entrada e saída? Será adequado, num empreendimento de Economia Solidária, a elaboração de um Plano de Negócios similar ao de uma empresa capitalista, fundamentada na obtenção de lucro? Será que devemos, em empreendimentos solidários, impormos um registro contábil semelhante ao da contabilidade tradicional? Ou será que devemos, a partir dos problemas concretos defrontados produzir o novo, que atenda aos princípios fundamentais da Economia Solidária?

Nessa linha de discussão, cabe frizar que a tecnologia não é uma escolha meramente técnica, que objetiva a eficiência econômica, mas é também uma escolha social que assegura o controle do poder de continuar fazendo escolhas. Parafraseando Dagnino *et al.* (2004):

A eficiência é uma moldura (valor formal) que pode carregar diversos tipos diferentes de valores substantivos. Na teoria crítica, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como suportes para estilos de vida. A teoria crítica da tecnologia abre-nos a possibilidade de pensar essas escolhas e de submetê-las a controles mais democráticos (DAGNINO *et al.*, *op. cit.*, p.51).

Para o autor, o objetivo é pensar “um substrato cognitivo-tecnológico a partir do qual atividades não inseridas no circuito formal da economia, poderão ganhar sustentabilidade e espaço crescente em relação às empresas convencionais” (Ibid., 2004, p.51). Em outras palavras, isso significa adequar o conhecimento científico e a tecnologia, incorporados em máquinas, equipamentos, informações, organização da produção e do trabalho, às finalidades econômicas e também sociais e ambientais. No segmento da Economia Solidária, haveria então novos critérios norteadores das opções tecnológicas: a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento

a requisitos relativos à sua capacitação autogestonária, à saúde dos trabalhadores e dos consumidores, e ao meio ambiente.

Nesse sentido, a recondução da tecnologia voltada para a parte formativa dos trabalhadores é um ponto central do processo de recondução dos empreendimentos de Economia Solidária, como afirmam Barbosa (2007), Cruz (2006) e Marconsin (2007). É preciso desconstruir a “herança” taylorista-fordista do mando e da subjugação, desalienando o trabalhador dos sentidos do trabalho. Não podemos perder de vista que os trabalhadores, anos a fio, foram educados não para a liberdade, mas para a submissão, não para saber, mas para obedecer, não para o holismo, mas para a atomização. Faz-se necessário, então, refazer o discurso da dominação, no geral e em espaços de ordem técnica e administrativa.

Os processos educacionais relacionados aos empreendimentos solidários devem, portanto, propor uma educação libertadora, reflexiva, questionadora, dialógica, considerando a necessária relação de alteridade entre os sujeitos envolvidos. Para que isso aconteça tais processos educacionais devem romper com os métodos tradicionais tanto da educação regular e suas cartilhas de alfabetização funcional ou utilitária, quanto da educação técnica, de qualificação ou de aperfeiçoamento e seus manuais e técnicas. Trata-se de mudar sua perspectiva de gestão e de concepção política-pedagógica. Nesse sentido, Cruz (2002) destaca que:

Parece claro, entretanto, que o que solidifica as relações é a construção concreta de um objetivo unitário, que se materializa na relação recíproca: um trabalho, uma ação coletiva, um mutirão, etc. A sala de aula pode ser esse espaço, mas certamente não é o mais privilegiado: de alguma forma ela representa um espaço social abstraído das demais relações cotidianas, sobretudo para o público alvo das políticas públicas de economia solidária (CRUZ, *op. cit.*, p.19).

Para consolidar conceitos de autogestão, democracia interna e solidariedade, tem que haver uma visão ampla de formação, que inclui a dimensão técnica da produção, a gestão e também a escolarização formal, focando os desafios de romper com a herança taylorista-fordista, com as limitações para acompanhar os avanços tecnológicos, além de ampliar a inserção cultural dos trabalhadores.

Ainda que seja reconhecida, pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)⁶ e outras assessorias, como essencial para a viabilidade das iniciativas de Economia Solidária, percebe-se que a fundamentação tecnológica do processo de mudança produtiva é ainda um intento reconhecido como necessário, mas seu sentido conceitual e operativo, para fortalecer as unidades produtivas, ainda é pouco claro. Nesse sentido, não há sinais expressivos na construção de condições favoráveis para um debate avançado de propostas autogestionárias dentro do capitalismo.

3. Autogestão nos empreendimentos de Economia Solidária

As práticas de organização do trabalho nas unidades produtivas da Economia Solidária apresentam múltiplas e heterogêneas formas. Variáveis definidoras desse universo de práticas econômicas baseadas na solidariedade, como partilha democrática da gestão e dos resultados, são bastante diversas nas experiências relatadas, e estão relacionadas com a inserção na estrutura econômica, que leva o empreendimento de Economia Solidária a ter maior ou menor vinculação com a economia mercantil.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que não existe uma cadeia produtiva autônoma de Economia Solidária. Nem mesmo os trabalhos menos especializados se desvinculam da cadeia formal, seja para obter matéria-prima no mercado, seja fazendo com que o produto ou o serviço circulem naquele. Por isso, sua lógica organizacional, seu ritmo e custo tendem a ser comandados “de fora”, pelo mercado, o que reduz ou elimina sua autonomia.

Isso pode ser verificado na narrativa de Cruz-Moreira (2003), a respeito do setor de confecções que, em geral, são cooperativas constituídas por mulheres sem formação escolar capaz de garantir competitividade,

⁶ Hoje, algumas prefeituras já têm suas experiências de incubagem, mas, as primeiras, que ainda constituem a maioria, são incubadoras vinculadas à extensão universitária. Em 1999, essas últimas foram reunidas em rede, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, formada por 16 incubadoras: UFRJ, USP, UFC, UFRN, UFRPe, UEB, UFJF, UFSJ, UFV, UFSCar, PUC-SP, Unicamp, UFPR, Furb (Blumenau), UCP (Pelotas) e Unisinos. Além disso, compõem a Unitrabalho, rede universitária nacional que agrega 92 universidades e instituições de ensino superior, criada em 1996, para articular e promover parcerias de pesquisas e estudos sobre o trabalho (cf. www.unitrabalho.org.br).

desempregadas ou que nunca se inseriram em trabalho formal e sempre mantiveram uma relação artesanal de costura no bairro. Para o autor, esses condicionantes fazem com que as cooperativas se limitem ao trabalho parcelar demandado pelas empresas contratantes:

Quase nunca realizam o corte dos tecidos ou o desenho original das peças. As empresas mantêm as governanças (poder de decisão, controle e organização da cadeia produtiva) do negócio – design, comercialização, mercado e distribuição – e às vezes o controle e a supervisão da produção nas cooperativas (CRUZ-MOREIRA, *op. cit.*, p. 212).

Por conta do desemprego e do empobrecimento, a reprodução dessa forma de produção parcelar e subordinada, e contexto tem se reproduzido significativamente, em razão dos “muitos programas governamentais e de ONGs que realizam cursos de corte e costura, aumentando o contingente de mulheres que ‘sabem costurar um pouquinho’ e que não constituem em si mão de obra especializada” (Idem), e, portanto, sem condições de reverter essa lógica produtiva subserviente. Na prática, tais cursos acabam por criar uma espécie de Exército Industrial de Reserva de pobres para pobres. Estes cursos aumentam o contingente de mulheres que sabem algumas tarefas da arte da costura e passam a disputar vagas nos empreendimentos de economia solidária, ou em pequenas oficinas de fundo de quintal, aumentando a tendência ao rebaixamento dos ganhos, ou dos salários.

Esses limites das unidades produtivas da Economia Solidária no contexto socioeconômico também são evidenciados nas cooperativas de reciclagem de lixo, incapazes de mudar o panorama de exploração dos catadores de lixo pelos sucateiros e grandes indústrias, que formam um mercado oligopsônico, como coloca Magera (2003):

[...] cooperativas estudadas precisam, no final do mês, distribuir rendimentos a seus cooperativos que deles precisam para sobreviver. Esta situação leva as cooperativas a venderem seus produtos a um preço muitas vezes abaixo do que aquele pago no mercado e, considerando-se o fato de que não conseguem acumular volume maior para venda pois

não possuem espaço para isso, compreende-se por que as cooperativas ficam nas “mãos” dos sucateiros e indústrias controladoras desse mercado (MAGERA, *op. cit.*, p. 133)

Os estudos das empresas falimentares autogeridas (ANTEAG, 2000) mostram que a manutenção de algumas práticas produtivas realizadas pela empresa originária confere um formato diferenciado a essas experiências, pois, se agregam na cadeia produtiva tradicional do mercado formal capitalista para se manter vivas. Tende a ser comum que a viabilidade econômica dessas empresas se vinculem ao processo de terceirização.

Um aspecto importante a considerar aqui é a possibilidade de vinculação entre gestão democrática e viabilidade econômica. Barbosa (2007) destaca a tendência de uma relação inversamente proporcional, de modo que, quanto mais cooperativo o processo de trabalho, maior debilidade econômica financeira e, quanto maior essa viabilidade econômica, menor o solidarismo, e mais ele se aproxima da empresa capitalista. Em geral, as experiências autogestionárias conseguem manter-se por força do apoio de incubadoras, Estado ou outras organizações assessoras, pois geralmente têm grandes dificuldades para arcar com todos os encargos. Essa tendência explicita os limites dos pequenos negócios e cooperativas para se viabilizarem em razão de dificuldade para crédito, para manter o capital de giro, para dinamizar a comercialização e a compra de matérias-primas, incorporar tecnologia, entre outros fatores econômicos, trazendo à tona a questão de fundo do enfrentamento da relação desses empreendimentos com o mercado capitalista: a produtividade.

Nesse sentido, Cruz (2006) destaca, que nos empreendimentos solidários, as tecnologias incorporadas a bens físicos (máquinas, equipamentos, instalações, etc), no caso específico de empreendimentos de recuperação de fábricas falidas, são heranças obsoletas, uma vez que as empresas em crise falimentar deixam de fazer investimento neste setor. Em projetos financiados por órgãos governamentais, normalmente, essas tecnologias são novas, mas, a demora na sua aquisição, bem como a sua inadequação à realidade dos trabalhadores, também contribui para o enfraquecimento, tanto da competitividade do empreendimento, quanto dos princípios da Economia Solidária. No que tange as tecnologias incorporadas ao conhecimento dos

trabalhadores, como os processos de trabalho, de gestão e comercialização, a situação é ainda pior, pois, os trabalhadores deparam-se com muitas contradições entre os discursos apresentados nos cursos e a efetiva organização do trabalho vigente, geralmente taylorista-fordista e, portanto, fortemente hierarquizada e baseada no princípio de separação entre concepção e execução, incapaz de se reproduzir como saber coletivo.

Nesse quadro, a autogestão é uma formalidade, não conseguindo suplantar a cultura de mero executor de tarefas. Nascimento (2004) articula a idéia de autogestão com as experiências concretas, pois, é agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir. Não há outro meio de apropriação deste saber. Para o autor, a autogestão é uma ideia, mas antes de tudo é uma prática social e política, um método e uma perspectiva de transformação social, um movimento proveniente da experiência de vitórias e derrotas. Assim, o fundamento da autogestão é o direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho que se constrói a partir de iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades.

A manutenção da divisão do trabalho tradicional compromete o caráter democrático da autogestão e provoca problemas de adaptação dos trabalhadores, levando a uma alta rotatividade destes nos empreendimentos de Economia Solidária (LIMA, 2004). Não é pra menos, pois, “dado que a organização do trabalho não difere daquela da empresa tradicional, fica difícil para o trabalhador entender que a empresa é dele e que existe alguma vantagem nisso” (LIMA, *op. cit.*, p.56), especialmente porque para compensar as dificuldades iniciais dos empreendimentos, os trabalhadores têm que se dedicar mais tempo do que as tradicionais 8 horas diárias, além de lidar com novas responsabilidades.

Com a adaptação restrita, os trabalhadores se manifestam pouco, ou nada, em assembléias. Para Singer (2002b), essa omissão decorre da reduzida confiança nas suas possibilidades de intervenção, ou ainda, do fato de considerarem que a administração não é um problema de todos, contribuindo para aumentar a dependência dos empreendimentos com alguns agentes externos, como incubadoras, entidades religiosas, gestores públicos, ONG's, empresas vinculadas com contratos de terceirização, partidos políticos, dentre

muitos outros, comprometendo os princípios de autogestão e de democracia, como dito anteriormente.

Em termos de educação, o que se evidencia é a baixa escolaridade dos trabalhadores na maioria dos empreendimentos. De acordo com o Relatório de Diagnóstico e Impactos do PRONINC⁷ (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares), aproximadamente 12% dos trabalhadores participantes são analfabetos, 45% têm ensino fundamental incompleto, 19% ensino fundamental completo, 6% ensino médio incompleto, 15% ensino médio completo, 1% ensino superior incompleto e 2% ensino superior completo.

Nesse sentido, para a Anteag (2000), a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor, por meio de educação e a capacitação para autogestão. Entretanto, Lima (2004) destaca que apesar dos inúmeros cursos de formação em cooperativismo, autogestão, administração, contabilidade, dentre outros, oferecidos por todas as ações de fomento à Economia Solidária, os trabalhadores têm dificuldade de se perceberem proprietários da empresa.:

Raramente os trabalhadores entendem as características e peculiaridades de uma cooperativa, considerando-a como uma empresa semelhante às outras, exceto pela inexistência dos direitos que a empresa convencional garante aos empregados. Mesmo quando as empresas ‘parceiras’ e os órgãos estatais oferecem cursos de cooperativismo aos trabalhadores, raramente seus princípios são assimilados (LIMA, *op. cit.*, p.55-56).

Isso aponta para uma imensa lacuna no desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a autogestão e que reconsiderem a divisão tradicional do trabalho e a decorrente hierarquização das relações de trabalho. Isso coloca como desafio a necessidade de produção de uma nova tecnologia voltada para a autogestão. Mas, daí surge a questão: Como se projeta uma empresa autogestionária? Nos cursos de engenharia o projeto de fábrica desenvolvido reforça a separação entre concepção e execução, por exemplo, o que é absolutamente contrário ao princípio da autogestão. Isto coloca a questão da

⁷ Disponível em http://www.acompanhamentoproninc.org.br/download_sem_nov06/Diagnostic_sem_nov-06.pdf [Acesso em 12/12/2008].

necessidade de produzir uma nova engenharia. Este talvez fosse um importante desafio a ser assumido pelas incubadoras de cooperativas populares universitárias, que seria o de perceber os reais problemas enfrentados pelos empreendimentos da Economia Solidária e buscar no interior da universidade grupos de pesquisa que poderiam, resolver o problema e gerar soluções novas que não apenas resolvesse o problema vivido, mas, ao mesmo tempo, eliminasse a separação entre concepção e execução.

4. Conclusões

O objetivo deste texto foi mostrar que a Economia Solidária é um campo em disputa com uma outra vertente, até mais antiga do que a Economia Solidária, que é o empreendedorismo. Vimos, na primeira seção deste texto, que a Economia Solidária não é apenas um campo de luta contra a pobreza, mas a luta contra as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de gênero e pela sustentabilidade do homem e dos demais seres vivos, neste planeta e que a vertente empreendedorista visa, no fundamental, a concentração de capitais e reatualiza, no capitalismo contemporâneo, o princípio pré-capitalista da acumulação primitiva, concentrando capital, de um lado, e convertendo os trabalhadores em vendedores de força de trabalho, de outro. Ainda, no decorrer do trabalho, vimos que o desenvolvimento da tecnologia social e de uma nova visão da educação para empreendimentos solidários seriam os meios capazes de fazer com que os princípios fundamentais da Economia Solidária avancem. Mas, à guisa de conclusão falta ainda falar a respeito de uma questão que ainda continua como um entrave do desenvolvimento da Economia Solidária e que ainda a confunde com a vertente do empreendedorismo, que é a questão das Parcerias.

No vocabulário empresarial, a partir da década de 90, tornou-se comum a expressão parceria, que foi traduzido literalmente da expressão inglesa *partnership*, e passa designar qualquer relação comercial, ou não, que se dá entre

diferentes organizações, ou pessoas. O termo é utilizado também para nomear a relação existente entre duas empresas, na qual uma vende para outra produtos ou serviços. Até mesmo em algumas empresas os trabalhadores, vendedores de força de trabalho passaram a ser chamados de colaboradores, consultores, ou parceiros.

No Brasil este termo tem uma origem popular, uma no campo, na agricultura, e outra, na cidade, principalmente nos bairros mais pobres, periféricos. No campo, parceria designa uma relação de trabalho das mais perversas já existentes, que em algumas culturas agrícolas e em algumas regiões substituiu a relação de trabalho escravo, a partir da proibição do tráfico, feita pela Inglaterra. No meio popular urbano o termo parceiro designa um igual, com o qual se faz alguma aliança, de vida, de camaradagem, de amizade sincera, ou até de sociedade comercial. Portanto, na versão popular urbana, só é possível a realização de parcerias com iguais e não com diferentes.

Esta diferenciação é para deixar claro que o termo parceria, embora com significados diferentes, na visão empresarial, quanto na visão popular, passa a ser usado indistintamente, tanto pela vertente da Economia Solidária, quanto pela vertente empreendedorista, que usam este termo quando contratam, isto é, compram serviços de instituições de consultoria, assessoria e de ensino para a realização de suas ações. Na maior parte das vezes as mesmas instituições vendem estes serviços indistintamente para as diferentes vertentes.

No Brasil, a partir da década de 90, a criação deste tipo de instituição, em geral organizadas sob a forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), cresceu bastante. Estas instituições, para sobreviverem, vendem seus serviços tanto para a vertente do empreendedorismo, quanto para a Economia Solidária. Elas realizam várias e diferentes atividades, que vão da formação de grupos de interesse, a realização de qualificação para empreender, cursos de empreendedorismo popular, solidário, democrático, autogestionário, cursos de técnicas de gestão, o famoso plano de negócios, até assessorias no processo de incubação. O que ocorre é que, em alguns casos as instituições contratadas são as mesmas, que atuam tanto numa ótica, quanto na outra e são chamadas, tanto numa, como noutra vertente, como parceiras. Mas se elas fazem as mesmas atividades tanto para uma vertente com para outra e se

estas vertentes têm práticas, objetivos e concepções diferentes, não estava na hora da vertente da Economia Solidária repensar estas parcerias?

Na mesma direção de repensar a parceria, achamos que vale a pena a Economia Solidária rever o papel das Incubadoras Populares de Economia Solidária das universidades.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco José da Costa. “Processos de Incubação???” In: MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela e SCHIOCHET, Valmor (Organizadores). *Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife/PE: Universitária da UFPE, 2006.

ALVES, Francisco José da Costa *et. al.*. “O estado da arte das políticas públicas de economia solidária no Brasil: uma análise qualitativa desta construção”. In: MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela e SCHIOCHET, Valmor (Organizadores). *Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife/PE: Universitária da UFPE, 2006.

ALVES. Francisco José da Costa, Trabalho Intensivo e Pagamento por Produção: o moedor de carne do Complexo Agroindustrial Canavieiro, Palestra Proferida na FUNDACENTRO, Seminário Sobre Intensidade e Intensificação do Trabalho, 24/05/2009, São Paulo.

ANTEAG. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: Anteg, 2000.

AQUINO, Rubim Santos Leão; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. “Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e e IAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p.90-129.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. “A diferença da igualdade – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul”, Campinas, Instituto de Economia, 2006. (Tese de doutorado).

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Artigo produzido originalmente como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP [Internet]. Jan/2002 [acesso em Fev/2007]: [aproximadamente 28 p.]. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt/politpub.doc>.

CRUZ-MOREIRA, J. R. “Cooperativas populares de confecção do estado de São Paulo”. In: SOUZA, A. R. et. al. (orgs). *Uma outra economia é possível*. São Paulo: Contexto, 2003.

DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: dilemas da confluência perversa”. *Política & Sociedade*. Revista de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2004.

DAGNINO, Renato et. al. “Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social” In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. “As emancipações no presente e no futuro”. In: GAIGER, Luiz Inácio (Organizador). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GT de Economia Solidária. Economia Solidária, Fundamento de uma Globalização Humanizadora. In: *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL*, 2002, Porto Alegre, Ed. SEDAI, 2002.

ICAZA, A. M. S.; ASSEBURG, H. B. “Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul”. In: GAIGER, L. I. (org). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). “Políticas sociais: acompanhamento e análise”. 13ª Edição. 1995-2005 (www.ipea.gov.br visitado em dezembro de 2007).

LIMA, Jacob Carlos. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.56, outubro de 2004, p. 45-62.

LIRA, Izabel Cristina Dias. “Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e e IAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA, Ed. FAPEMA, 2008, p.130-160.

MAGERA, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. São Paulo: Expressão Gráfica, 2003. (VER O CAPÍTULO UTILIZADO – FALTA PÁGINAS NO XEROX)

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. Tradução: Torrielle Guimarães.

_____. “Cooperação”, “Dupla origem da manufatura”, “O trabalhador parcial e sua ferramenta”, “A fábrica”. In _____. *O capital: crítica da economia política*, São Paulo: Difel, 1985a. (cap. 11) p.370-385, (itens 1 e 2 do cap.12), p.386-392, (item 4 do cap. 13), p.477-489.

_____. “A assim chamada acumulação primitiva”. In: _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985b, v.I, p.xx-yy (xerox apagado).

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.

MORETTO, Amilton José. “Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil”. In: PRONI, Marcelo Weishaupt e HENRIQUE, Wilnês (orgs). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2003.

NASCIMENTO, Cláudio. “A autogestão e o ‘novo cooperativismo’”. Brasília, SENAI- MTE, 2004. 5p. (Mimeo).

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. “O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e e IAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p.23-40.

NUNES, Christiane Girard Ferreira, DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA- Relatório parcial da etapa qualitativa da pesquisa- , Versão para discussão , IPEA, 2006.

POCHMANN, Marcio. “Rumos da política do trabalho no Brasil”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e e IAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p.23-40.

_____. *Políticas de Inclusão Social – resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes”. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Organizador). *Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

SENAES. Atlas de economia solidária no Brasil. Brasília: MTE, 2005 [acesso em 20/10/2007] Disponível em: http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp.

_____. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies)*: termo de referência. Brasília: Departamento de Estudos e Divulgação/Senaes/MTE, 2004a.

_____. *Centros Públicos de Economia Solidária*: termo de referência. Brasília: MTE/Senaes, 2004 b.

_____. *Economia solidária em desenvolvimento*. Brasília: Senaes/MTE, 2003.

SINGER, Paul. O novo pensamento econômico socialista. (Entrevista). *Revista Fórum*. São Paulo, out-nov, 2004a.

_____. *Cooperativas de Trabalho*. Brasília: MTE/Senaes, 2004b.

_____. *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

_____. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Contexto, 2002b.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, Paul e MACHADO, João. *Economia Socialista*. 1ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

VELASCO, Erivã Garcia. “Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e e IAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p.23-40.